

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Hope (2016) considera o capitalismo e a globalização características principais do tempo presente. Ambas se constituem enquanto estruturas temporais que ajudam a perceber a política e a sociedade. A temporalidade fragmentária, incerta e conflitual domina-as. As faces mais visíveis destas estruturas seriam a hegemonia, o conflito, a crise e a rutura persistente e contínua. Mas, entende o autor, este cenário está a mudar, em virtude das movimentações no espaço público e da afirmação de alguns debates políticos, cuja dinâmica participativa põe em causa aquelas assunções. Hope sugere que a comunicação, que se torna mais sincrónica e atuante em tempo real perante a política, contribui para o questionamento da temporalidade linear e potencialmente manipulativa das elites, em particular das governantes. O argumento do autor alicerça-se na ideia de que os média se constituem como atores escrutinadores da ação política por se disporem a intervir em tempo contínuo. São hábeis na antecipação e confronto da ação política e dos políticos (e das suas promessas). Acima de tudo, estes ficam contínua e persistentemente expostos ao poder do julgamento mediático.

A política em Portugal está repleta de exemplos que plasmam esta potencialidade de os média atuarem “no” tempo ou “antes” do tempo político, construindo cenários de debate que influenciam a tomada de decisão política. A implementação do pagamento dos subsídios, as leis aplicáveis às reformas e às rendas, a regulação dos feriados, a taxa social única, as questões de nacionalização/privatização da banca, são disso exemplos. Evidenciam a grande probabilidade de as tomadas de decisão política, normalmente vertidas em propostas de legislação, serem divulgadas, sujeitas a debate e a comentário. E, principalmente alteradas (quase) em direto pelos próprios políticos confrontados com argumentos e críticas no momento em que anunciam as medidas ou a (mera) eventualidade destas.

Mas a problematização do assunto não é linear. Pende para uma perspectiva mais negativa sobre os média, entendidos como indutores de pressão sobre a política, como para uma perspectiva mais positiva, em que os média surgem entendidos como caminhos para a emancipação dos cidadãos. O certo é que são uma componente estrutural das sociedades modernas. E assistem ao quotidiano dos atores individuais e coletivos, propondo-se como coautores da ação diária, das visões do mundo e do modo de estar perante as entidades de governo.

Num tempo histórico em que a política e os políticos se projetam como matéria privilegiada nos mais diversos espaços mediáticos, o presente *ebook* reúne um conjunto de textos que propõem a análise de algumas destas relações abordando a importância do tempo e da temporalidade para compreender essa complexa relação.

Com efeito, o tempo pode ser analisado triplamente: i) enquanto uma condição da realização da História – perspectiva diacrónica; ii) como uma condição epistemológica e metodológica – perspectiva do conhecimento e da cognição; e iii) enquanto condição para a organização do mundo da vida diária – perspectiva sincrónica. Os estudos sociais do tempo e da temporalidade permitiram estabelecer diversas dimensões de análise dessas condições, a maior parte das vezes insistindo no modo como os fenómenos sociais são temporais e se tornam objeto de temporalização, a diferentes escalas.

Também segundo Ramos (2009) o tempo pode ser definido como recurso, passível de ser gerido, acumulado, regulado, avaliado, medido. Esta metáfora é particularmente relevante para entender a centralidade do princípio do tempo-dinheiro na gestão da informação e da comunicação e na organização do trabalho de profissionais ligados à comunicação. Ela faculta a análise sobre as implicações do atual estatuto mercadológico da informação nos processos de produção, disseminação e receção.

O tempo pode ainda ser concebido como ambiente (atmosfera, ou ambiência) situacional da ação, que se operacionaliza sob a forma de tendências macrosociais que influem sobre a ação dos atores. Esta “qualidade” do tempo permite considerar a influência conjunta da globalização, da implantação tecnológica e rizomática do capitalismo financeiro e das tensões entre segurança, controlo e liberdade na ação dos atores.

Croteau, Hoynes e Milan (2011) afirmam que uma série de processos políticos mudaram em resposta aos meios de comunicação, incluindo o reforço da importância da imagem e da personalidade do político e o declínio do poder e da afirmação dos partidos políticos, reduzindo a estabilidade

dos próprios projetos políticos, intensamente entrelaçados nos interesses diversos dos média. Estes estão, por seu turno, cada vez mais lançados sob a temporalidade do mercado que atrai várias outras dimensões relacionadas com a aceleração e a fragmentação, tanto no domínio do ofício da política, como no exercício da atividade jornalística. Fidalgo considera, aliás, que as “leis de mercado” e o desejo de sucesso rápido a qualquer preço podem estar a sobrepor-se “aos princípios de independência, autonomia e prossecução do interesse público, em virtude de uma concorrência feroz entre meios e de uma submissão crescente a critérios quase só comerciais” (Fidalgo, 2005, p. 8). Nesta linha também argumenta Serrano (2006).

Num projeto de investigação desenvolvido por uma das editoras deste *ebook*, foram entrevistados jornalistas portugueses a quem se colocam questões sobre a mediatização da política¹. Nas entrevistas, os jornalistas referem-se à escassez de tempo que atravessa os processos de trabalho nas redações, falando do risco do jornalismo “pré-fabricado” e “pé-de-microfone”. Um dos jornalistas diz mesmo que hoje nos habituamos “ao jornalismo de corta-e-cola, habituamo-nos à informação veiculada pelos *press releases*, habituamo-nos às agências de comunicação e fazemos muito menos o nosso trabalho do que fazíamos há uns anos”, pois, “hoje em dia os mais jovens não têm tempo para isso [aprender, investigar], porque, mal chegam à redação, são engolidos pela máquina de produção de notícias”.

No domínio da política e de um modo geral, alguns autores (Dörre, 2011) tendem a frisar que, sendo a complexidade das sociedades tão elevada, as respostas da política pouco se adaptam à solução que possam assinalar para os problemas reais das populações. Antes de mais, os autores perspetivam a ação política como estando centrada em demasia na resposta sobre o imediato, distando da temporalidade legislativa e da temporalidade judicial. Dörre (2011) expõe este ponto de vista da seguinte forma:

As tendências no sentido da aceleração reforçam-se mutuamente e em tensão com a democracia liberal (...) a legislação é prospetiva (orientada para o futuro), a atividade judicial é retrospectiva (orientada para o passado) e as ações de execução são contemporâneas (orientadas para o presente). Quando estas temporalidades entram em desequilíbrio, a democracia liberal torna-se frágil. (Dörre, 2011, p. 70)

No estudo que citámos, no qual se procura entender também as formas de temporalização que assistem às relações entre média, políticos e

¹ Projeto de Doutoramento em Ciências da Comunicação de Ana Moreira, intitulado “Os media, a política e os políticos: espaços e tempos das narrativas mediáticas sobre o crime de políticos”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência SFRH/BD/90290/2012).

justiça, os jornalistas dão conta daqueles conflitos, por exemplo, entre a temporalidade mediática, a política e a judicial. Trata-se, usando a expressão dos próprios jornalistas entrevistados, de “uma relação a duas velocidades” que expressa a ideia de que a duração da investigação legítima a “espera” a que o sistema judicial dispõe os média, ainda que esta espera seja percebida sempre como longa, atendendo à pressa que impõe para o lançamento da novidade. Uma espera durante a qual, os média beneficiam da temporalidade rizomática, trabalhando mais sobre a antecipação e a probabilidade, do que sobre atos/acontecimentos.

Laux (2011) aborda a precaridade do tempo na política permitindo-nos perceber como numa sociedade mediatizada, a política pode ficar sem tempo ou com menos tempo para a decisão. O autor afirma o seguinte sobre a aceleração sociopolítica:

A análise relacional das estruturas temporais revela quão assimétricas as relações de poder podem emergir da falta de sincronização. Nos mercados financeiros internacionais, comprar e vender em segundos tornou-se um lugar comum e até necessário. O resultado disso é uma dinâmica que, obviamente, conduz ao colapso do comércio, moeda e até Estados. As instituições democráticas legítimas estão mal preparadas para os desenvolvimentos que requerem reação instantânea. Os órgãos políticos acabam por estar sob intensa pressão de tempo de que ou resultam decisões que parecem caprichosas e dispendiosas ou o governo se vê forçado a ceder poder a organizações extraparlamentares. (Laux, 2011, p. 236)

Rosa define três dimensões da aceleração que importa considerar.

A primeira é a aceleração técnica que se refere à velocidade da evolução nomeadamente ao nível das comunicações, incluindo transportes e da melhoria tecnológica, registada desde a máquina a vapor, até às microtecnologias (Rosa, 2015, p. 73). Trata-se de um tipo de aceleração que afeta inequivocamente a velocidade de relacionamento e, principalmente, a velocidade dos processos de organização, decisão, administração e controlo (Rosa, 2015, p. 94).

O segundo tipo é a aceleração da mudança social. Intimamente ligada à aceleração tecnológica, esta refere-se ao ritmo da mudança. Trata-se de uma “tese sobre a aceleração geral da mudança social segundo a qual o presente se contrai, tanto na política, como na economia, ciência, arte assim como nas relações de trabalho e modos de convivência familiar e tanto do ponto de vista moral, como prático” (Rosa, 2015, p. 79).

A aceleração do ritmo de vida – que podemos operacionalizar pela aceleração do tempo de trabalho no setor de informação e comunicação – decorre das duas primeiras. Afirmar Rosa que se refere, por um lado, ao aumento do número de ações a desempenhar no mesmo espaço de tempo e, por outro, ao aumento da sensação vivida mais subjetivamente da falta de tempo e à necessidade de responder ao ritmo percebido de forma “a não ficar para trás”. Todas sensações que reforçam o sentimento de que o tempo se acelera e “passa rápido” (Rosa, 2015, p. 79). Com efeito, o foco da estratégia mediática hoje, na qual se empenha a tecnologia e a ciência como um todo, é antecipar o acontecimento, torná-lo notícia, mesmo ainda não tendo ocorrido.

Alguns autores críticos do excesso de aceleração dos processos que se supõem democráticos e ponderados nos contextos nacionais e internacionais (relativos aos referidos megatempos), tendem a afirmar que há uma atenção demasiado voltada para o poder executivo, prejuízo do legislativo e do judicial. Tal acontece principalmente se em causa estão assuntos (ou temas relativos a alguns assuntos) exigindo grande debate político e ou investigação. Scheuerman afirmara o seguinte:

A sociedade de alta velocidade privilegia instituições de alta velocidade e no mundo liberal democrático é o executivo que tipicamente é perspectivado como um ator institucional enérgico especial. Em contraste, nas legislaturas deliberativas representativas correm o risco de serem deixadas de lado, na medida em que ritmos de vida social e económica cada vez mais rápidos entram em conflito com a ênfase convencional da necessidade de assentar em processos deliberativos cuidadosos que consomem muito tempo. O sistema judicial também passa por transformações semelhantes, pois a visão temporal clássica de um sistema judicial retrospectivo orientado para o passado terá ainda menos eco do que os ditames de um mundo de alta velocidade sujeito a mudança incessante. (Scheuerman, 2004, pp. 45-46)

A abordagem de Rosa (2015) que subescreve a de Scheuerman (2004) é particularmente relevante no que respeita a dois vetores. Por um lado, ao papel que conferem às mudanças tecnológicas e comunicacionais e que se encontra também bastante enfatizado nos trabalhos de Hassan (2003, 2010, 2014). Por outro, à relevância que consideram ter as mutações e dilemas destilados por essas mesmas mudanças, nos sistemas políticos, mormente, nas democracias. Rosa pronuncia-se a este respeito, anotando

que existem crescentes dilemas à efetivação dos ideários democráticos, numa sociedade que se expressa pela sua qualidade de “aceleração”. Segundo o autor, as democracias vivem hoje perante o paradoxo de serem os sistemas mais adaptados à aceleração das mudanças sociais, mas terem necessidade de garantir a sua legitimidade na forma como promovem a estabilidade necessária à realização das expectativas dos eleitores e, em simultâneo, responderem aos imprevistos e incertezas do meio (Rosa, 2015, p. 253). Existem, com efeito, diversas formas de abordar e de pensar as relações entre tempo, política e comunicação, entendendo os três conceitos nas suas também diversas e amplas interpretações e sugestões.

Mas esta que se refere ao estado e ao futuro dos sistemas democráticos é a que nos parece merecer mais destaque, constituindo um dos focos desta publicação. É que estão em causa o papel e a dimensão da participação pública (direta ou através de representação, nos órgãos de soberania). Estes encontram diversas potencialidades de se desenvolverem, face a contextos mais facilitados de comunicação, mas que carecem de mecanismos de concertação e de validação. Estas, por seu turno, necessitam de tempo para se efetivarem. Um tempo que é crescentemente incompatível com a pressão realizada aos próprios atores políticos, no sentido de responderem “cada vez mais rápido” e, muitas vezes, de forma antecipada, a questões que tendem a ser principalmente de carácter imediato e com potencial para se tornarem mais sensacionalistas, do que estruturais, de longa duração e implicativas do tempo histórico-futuro.

Reside neste aspeto um dos dilemas hodiernos da democracia e que se prende com a dificuldade de os governos democráticos garantirem, por um lado, a existência de tempo suficiente para a maturação sobre as decisões a tomar e que têm impacto apenas demonstrável e visível, no tempo longo e/ou estrutural e, por outro lado, a legitimidade democrática dos processos de decisão, quando se definem na base da maioria (Rosa, 2015, p. 253). O *Brexit* é bom exemplo que permite observar estas variações, dilemas e fragilidades dos processos democráticos constituídos por poderosos sistemas de informação e comunicação, cujas vantagens se situam também ao nível do armazenamento e reprodução, em diferido, dos acontecimentos e das próprias atuações políticas. Mas a eleição de Trump nos EUA e as suspeitas de manipulação das redes sociais na sua eleição são também um bom indicador do mesmo problema.

Com efeito, e por palavras simples, os processos democráticos tornam-se, ao mesmo tempo, centrais, mas utópicos, na circunstância da

aceleração que domina os vários universos da vida. É que eles inscrevem relações conflituais entre as ações de tempo curto, imediato e propensas a avaliação no “agora”; e as ações de tempo longo, propensas a compromissos potencialmente implicativos do tempo futuro, de qualquer modo, desconhecido (não acontecido) e, de alguma forma, incapaz de responsabilizar a ação do/no presente. O que nos dizem Rosa, Dörre e Lessenich (2017, pp. 55-57) é ainda mais problemático. Segundo os autores, a característica definidora do tempo presente não é a aceleração em si mesma. É mais “o estar em aceleração”, ou seja, a “estabilização através da dinâmica sem fim”, a permanência da disruptora e da descontinuidade (constante). Uma forma de reprodução social e política que se alimenta a si própria e que pode ser a fonte da insustentabilidade e do declínio.

Noutra interpretação e num tempo histórico que impele à tomada de decisão sobre o futuro (a que estão subjacentes, designadamente, dimensões sociais e ambientais) a democracia está fragilizada em quatro pilares essenciais (Rosa, 2015): i) na duração e no compasso de espera para a tomada de decisões participada; ii) na dominação de certas “maiorias” que podem apenas ser circunstanciais, iii) na dificuldade de usar os dispositivos tecnológicos integrando-os adequadamente em processos participativos democráticos e iv) na quase impossibilidade de responder ao tempo-futuro, dada a excessiva centralidade do presente, sendo que esta advém, tanto da natureza temporal dos problemas colocados, como da natureza temporal fluída, rizomática e acelerada da exposição mediatizada a que se submete/ e da qual se constitui a política.

Num balanço do que foi exposto, é possível estabelecer alguns dos principais níveis de análise do tempo e política, num contexto marcado ainda pela grande prevalência de média tradicionais, como a televisão, mas progressivamente constituído pelo tempo multi-escalar dos novos média e redes sociais. Podemos propô-los com base na abordagem de Rosa e seguindo de perto a análise de Appadurai (1990, p. 299) que enumera, entre as cinco paisagens que compõem a experiência no mundo moderno, a paisagem mediática (*mediascape*). Esta diz respeito à penetração pelos média de todos os elementos constitutivos da vida quotidiana, de onde resulta uma complexa rede de escalas e de rizomas temporais que determinam a forma como as pessoas conhecem o mundo e agem sobre este.

Assim, a relação entre tempo e política e no plano da análise dos processos comunicativos e mediáticos que os ligam, podemos enumerar os seguintes níveis de tempo: i) o tempo estrutural relativo à economia dos média, fundamentalmente movida na base dos princípios de valorização

económica do tempo (tempo é dinheiro), com influência sobre o tempo do trabalho e das organizações ligadas à informação; ii) os tempos macro-sociais, relativos às grandes tendências de evolução e de confluência entre política e sociedade, face a um mundo globalizado e face a um sistema mediático moldado pelas audiências e que se encontram plasmadas nos interstícios das relações entre média tradicionais, novos média e redes sociais e iii) os tempos dos atores (coletivos e individuais, jornalistas, políticos, cidadãos em geral) que atuam nos vários campos e que são resultado dos dois primeiros, principalmente ao respeitarem a temporalidade do imediato e do “agora”.

Pelo meio destes níveis de tempo que elegemos como mais importantes, por surgirem em contextos de emergência de novos ciclos de temporalização da informação (verdade e/ou não verdade), permanece toda uma série de categorias de tempo de enorme relevância heurística e que sugerem análises empíricas detalhadas. Disso são exemplo, o *agenda-setting* e os processos de construção dos conteúdos; a experiência e a vivência dos prazos (*deadlines*); a temporalização e a temporalidade da narrativa mediática, no contexto de elevada profusão de meios de difusão e de elaboração semântica; o alinhamento do tempo histórico e o perfil de atores com proeminência nessa narrativa do tempo de longa duração (tempo estrutural).

Nesta obra, juntamos um conjunto de contribuições que versam sobre várias das preocupações apresentadas. A maior parte destes textos foi apresentada no seminário “Comunicação e Política” organizado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na Universidade do Minho, em outubro de 2015.

O primeiro texto que inserimos no *ebook* intitula-se “Sobre a ausência de pluralismo nos média: como observar a invisibilidade do debate político nos novos média?” Nele, a autora discorre sobre o papel dos novos média, num contexto que caracteriza de aceleração e de velocidade e em que “a lógica instrumental-razional da internet impulsiona o tempo de modo cada vez mais rápido, alimentado pela concorrência capitalista e pela mercantilização”. Antónia Barriga, inspirada em Hassan (2014) afirma ainda que “a lógica da rede e a conseqüente aceleração social minaram radicalmente a base sobre a qual a política moderna foi fundada, sendo que as instituições democráticas (particularmente nos processos de tomada de decisão) ainda estão presas aos ritmos temporais da fase em que foram instituídas”. Numa linha que surge em vários dos textos que sucedem a este, a autora permite-nos discorrer sobre as contradições contidas na explosão das redes sociais, nomeadamente no que respeita às efetivas potencialidades de

atuarem sobre a transparência dos processos de participação, face a interesses que se sobrepõem e que atiram para as margens dessa participação os mais despossuídos de meios.

O segundo texto, de Bruno Paixão tem por título “O que dizem os média sobre os escândalos políticos – notas sobre a duração e tempo” e incide sobre o conceito de escândalo político, propondo que a narrativa mediática se dispõe a vários tipos de tempo, em especial quando estão sob foco os políticos, particularmente os que são protagonistas de atos éticos ou legalmente condenáveis. O autor deixa-nos neste texto indicações objetivas sobre a forma como o tempo histórico se cruza com o tempo político e o tempo da evolução e da penetração dos média. A análise que faz incidindo sobre o período pós revolução de abril em Portugal demonstra que vivemos, citando o autor, num tempo em que “o escândalo é uma *commodity* que interessa aos média, entretém e diverte o público, serve de argumentário a adeptos do ‘clubismo’ partidário e ajuda por isso a alcançar audiências”. Ainda referindo-se a Moragado e Vegar (2003), Bruno Paixão segue a linha distintiva entre “tempo da comunicação social” e o “tempo judicial” e a sua inevitável colisão, face à dimensão económica dos média.

Isabel Ferin Cunha escreve sobre a forma como a corrupção política surge tratada nos média, problematizando as relações que se estabelecem entre a mediatização dos fenómenos de corrupção envolvendo políticos e a robustez da democracia. O seu texto intitula-se “Democracia e corrupção política mediatizadas” e nele argumenta-se existir um aumento de visibilidade dos casos de corrupção política que em Portugal que não se deve apenas ao “interesse dos média por estes fenómenos, como, também, a mudanças sociais e culturais, bem como a alterações dos modelos económicos e financeiros”. A autora faz notar que, ainda que o período democrático em Portugal tenha sido acompanhado de mudanças significativas no que respeita ao escrutínio do comportamento dos políticos, se observa um crescendo de casos de corrupção citados nos média. Este resultado pode ser apenas sinal, no entendimento da autora seguindo de perto o argumento de Bruno Paixão, da maior visibilidade do fenómeno nos média. O texto da autora deixa-nos algumas conclusões que permitem pensar não só em termos de mudança e de permanência ao longo do tempo histórico, mas também na relevância de um detalhe do qual temos vindo a falar, relativo ao modo como a relação entre política e média se constitui por meio da rede de tempos que medeiam as práticas discursivas dos atores envolvidos e que moldam os fenómenos junto dos cidadãos.

Patrícia Contreiras e Mafalda Lobo apresentam uma contribuição para a reflexão sobre cobertura jornalística das presidenciais, apresentando como estudo de caso as presidenciais portuguesas realizadas em 2016. O texto das autoras intitula-se “Presidenciais 2016: a personalização das campanhas, o debate das ideias e o (não) papel dos partidos políticos no discurso jornalístico”. O argumento assenta na ideia de que o discurso dos média portugueses se tem centrado essencialmente na disputa entre candidatos, em ataques pessoais e políticos aos adversários, o que leva as autoras a concluir que as campanhas políticas estão ancoradas, principalmente, na ênfase sobre as características pessoais dos candidatos e cada vez menos nas ideológicas ou programas partidários. Analisando a campanha para as últimas presidenciais em Portugal, as autoras demonstram como os média tiveram um papel ativo na construção da imagem dos candidatos que se adaptaram de formas diferentes a esse poder dos média. Para o caso das últimas eleições presidenciais, as autoras clarificam a proeminência das peças relativas a Marcelo Rebelo de Sousa, quando comparadas com os conteúdos alusivos a outros candidatos.

Ainda sobre as presidenciais de 2016 em Portugal, Rui Pereira apresenta o texto “Poder, teatralização e ‘ubuesco’ nos discursos eleitorais ‘extra-sistema’: as eleições presidenciais em Portugal, 2016”. O autor traz-nos ao debate o que diríamos ser as tendências para o tempo homogéneo e hegemónico das campanhas eleitorais. Rui Pereira analisa criticamente a tendência populista da qual se vem constituindo a política, assim como os mecanismos que podem ajudar a compreender por que razão “a multiplicação de candidaturas não representa um incremento de interesse cívico e de participação política”. Na perspetiva do autor, o discurso político possui uma estrutura própria de convencimento e de eufeminização altamente constituída na base da encenação e da dramatização. Analisando mais de perto os discursos dos candidatos “extra-sistema” ao longo dos 40 anos de democracia em Portugal, o autor mostra como estas candidaturas distaram ao longo do tempo no que respeita à estrutura discursiva e quanto aos apoios por parte das elites. Mesmo assim, conclui o autor, as candidaturas extra-sistema acabam por revelar discursos onde se lê mais conformismo, do que efetiva proposição política alternativa. Neste alinhamento, conclui também o autor atuarem os média, na sua globalidade, mais no sentido do reforço da ordem estabelecida, do que na sua desconstrução.

Vasco Ribeiro é o autor do texto “A ‘informação da Arcada’ – o primeiro gabinete de imprensa político português (do reinado de Luís I até à

ditadura nacional)”. Descrevendo a génese e a evolução da “Informação da Arcada”, Vasco Ribeiro apresenta-a como “um relevante e dinâmico serviço co-suportado por diferentes governos e que terá sido o primeiro serviço de “assessoria de imprensa política, com atividade visível desde 1891”. No texto deste autor, o tempo histórico predomina como eixo condutor da análise, ficando descrito como algumas das conclusões que surgem mencionadas em estudos mais recentes sobre a relação entre política e média caracterizaram já momentos iniciais de desenvolvimento da informação jornalística em Portugal. Referimo-nos, em particular, ao papel da Informação da Arcada na “formação da opinião pública”, assim como no que o autor designa, a partir de Lipmann, a “manufatura do consenso”.

Camilla Tavares e Michele Massuchin escrevem o texto sobre “Informação política na internet em tempos de campanha no Brasil: as escolhas dos produtores nos portais informativos Folha, G1 e UOL”. Nele, as autoras propõem uma análise sobre a difícil relação entre espaço público e espaço privado no quadro da expansão dos média. Retomando várias vezes o pensamento de Habermas e as reticências deste sobre o interesse dos média pelas zonas de maior privacidade dos políticos, as autoras propõem que o tempo de campanha eleitoral se constitui como um intervalo de tempo que suscita a participação exacerbada de vários protagonistas dos média e dos próprios políticos. Tal interferência, dizem as autoras, dá-se na tentativa de construção de determinadas visões do mundo, compatíveis com os anseios de ascensão ao poder. Ao analisar o tipo de conteúdo que ocupa os espaços de maior destaque nos portais de notícias brasileiros – Folha, G1 e o UOL – as autoras deixam a perspetiva de que a política e o entretenimento constituem dois assuntos, cuja presença nos portais entra frequentemente em tensão, o que fica a dever-se à tendência verificada por parte dos média em cruzar o debate sobre questões políticas de fundo com conteúdos de entretenimento.

O texto “Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes” é apresentado por Celestino Joanguete. De modo exploratório, o autor aponta alguns dos principais desafios que enfrentam as democracias ainda em maturação, face à implementação de projetos de governo eletrónico. Analisando mais detalhadamente a situação de Moçambique, o autor dá conta da existência de uma disjunção temporal entre aquilo que são os planos de desenvolvimento tecnológico e eletrónico em países com história e trajetória marcada pelo autoritarismo e pela baixa participação política da população. Trata-se de uma realidade que demonstra muito claramente alguns dos pontos menos bons da aceleração social e

económica de que falávamos antes, a propósito do enquadramento teórico de Rosa (2016): o hiato temporal entre aquilo que é a constituição política, social e cultural de alguns países e os ideários e os requisitos necessários à operacionalização de projetos de desenvolvimento informacional. Projetos que surgem inicialmente apresentados, primeiramente com o objetivo de elevar os índices democráticos, tendo em vista a integração e o reconhecimento dos países no contexto internacional, também definido a partir de critérios que contam com várias dimensões de implementação da governação eletrónica.

O texto da autoria de Célia Belim intitula-se “E tudo na primeira página a política comunicou: uma análise ao agendamento da política no jornalismo impresso português do século XXI”. A autora parte do pressuposto de que hoje se vivem tempos de intensa mediatização da política. Neste alinhamento, a autora apresenta dados recolhidos a partir da análise de conteúdo realizada a dois jornais portugueses, demonstrando como e até que ponto a política está presente na primeira página desses jornais. Para a autora, “os média encerram um dualismo: podem ser um instrumento favorável, uma ‘caixa mágica’, ou uma ‘caixa de Pandora’, consoante a relação que, com eles, a organização ou a individualidade política constrói”. Os resultados apresentados pela autora mostram algumas tendências que já se enunciam noutros textos presentes neste livro que tendem a enfatizar a preferência dos média pela referência e projeção das elites, mesmo quando alguns dos políticos são visados em tom mais negativo nas páginas dos jornais. De forma sintética, trata-se de resultados que demonstram a consistência do argumento sobre a relação entre elites políticas e o domínio que estas têm sobre o tempo histórico.

Ícaro Sousa e Francisco Marques assinam o texto “Campanha negativa e formas de uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014”. Trata-se de um texto em que os autores analisam a última campanha presidencial no Brasil, demonstrando o papel e a força das redes sociais na formulação dos modos de apresentação dos candidatos e, principalmente, na constituição das estratégias de argumentação e de debate político entre adversários políticos. Além de ficar evidenciado o poder efetivo das redes sociais na identificação e na construção dos/as candidatos/as, percebemos que as redes sociais e os média sociais conseguem a maior parte desses resultados na vantagem que apresentam na constituição e manipulação de várias escalas de tempo, permitindo, em simultâneo, criar uma sensação geral de ritmo que integra os diversos participantes e atraem a sua atenção conjunta.

O texto de Vitor Tomé “O jornalismo pós-Snowden em contextos de aceleração social” introduz o problema da relação entre tempo e vigilância. Na base da argumentação acerca dos processos de aceleração técnica e social preconizados por Rosa (2016), o autor propõe que a intensificação dos mecanismos de reforço da vigilância tem em vista um projeto de coordenação e de sincronização de larga escala que escapa à autoridade e ao poder de decisão dos próprios estados.

O autor deixa referências importantes sobre o que pode ser o tempo político num momento histórico em que os mesmos instrumentos de vigilância se tornam vulneráveis face à inovação tecnológica e ao poder das redes eletrónicas, no que respeita à possibilidade de disseminação em larga de escala de grandes volumes de informação, em tempo real, que se torna também um tempo não controlável. O autor enfatiza, no seguimento de argumentos apresentados noutros textos desta edição, que o ritmo acelerado da vigilância pende sobretudo, para o lado de quem tem mais poder de aceder à informação e, nesse quadro, a própria atividade jornalística pode estar sob ameaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Appadurai, A. (1990). Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. *Theory Culture Society*, 7, 295-310.
- Croteau, D., Hoynes, W. & Milan, S. (2011). *Media/society: industries, images, and audiences*. London: Sage.
- Dörre K. (2011). Capitalism, Landnahme and social time régimes. An outline. *Time & Society*, 1, 69-93.
- Fidalgo, J. (2005). *Novos desafios a um velho ofício ou ... um novo ofício?* Retirado de [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7448/1/Fidalgo,%20J.\(2005\)-Desafios%20jornalismo.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7448/1/Fidalgo,%20J.(2005)-Desafios%20jornalismo.pdf)
- Hassan, R. (2003). Network time and the new knowledge epoch. *Time & Society*, 12(2-3), 225-241.
- Hassan, R. (2010). Social acceleration and the network effect: A defence of social “science fiction” and network determinism. *The British Journal of Sociology*, 61(2), 356-374.
- Hassan, R. (2014). A Temporalized Internet. *The Political Economy of Communication*, 2(1), 3-16. Retirado de <http://www.polecom.org/index.php/polecom/article/view/27/202>

- Hope, W. (2009). Conflicting Temporalities State, nation, economy and democracy under global capitalism. *Time & Society*, 18(1), 62-85.
- Hope, W. (2016). *Time, Communication and Global Capitalism*. Palgrave: Macmillan.
- Laux, H. (2011). The time of politics: Pathological effects of social differentiation. *Time & Society*, 20(2), 224-240.
- Ramos, R. (2009). Metáforas del tiempo en la vida cotidiana. *Acta sociologica*, 49, 51-69.
- Rosa, H. (2005). The speed of global flows and the pace of democratic politics. *New Political Science*, 27, 445-459.
- Rosa, H. (2015). *Social acceleration-a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press.
- Rosa, H., Dörre, K. & Lessenich, S. (2017). Appropriation, activation and acceleration: the escalatory logics of modern capitalism and the crises of dynamic stabilization. *Theory, Culture & Society*, 54(1), 53-73.
- Rosa, H. & Scheuerman, W. E. (2009). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal: a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão: (1976-2001)*. Lisboa: Colibri.
- Scheuerman, W. E. (2004). *Liberal Democracy and the Social Acceleration of Time*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Citação:

Moreira, A., Araújo, E. & Sousa, H. (2017). Nota de apresentação. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 5-18). Braga: CECS.